



Controladoria
Geral do Estado



RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2012- CGE

PORTO VELHO/RO – MARÇO/2013

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Posição em 31 de dezembro de 2012



1. - CONDIÇÕES OPERACIONAIS:

A Controladoria-Geral do Estado encontra-se instalada em condições regulares, dividida em 02 (dois) prédios, sendo a sede na Avenida Pinheiro Machado, nº. 1110, Bairro Olaria, e o seu Anexo, na Rua Dr. José Adelino da Silva, nº. 3503, Bairro Costa e Silva, ambos nesta Capital. Vale ressaltar que o prédio da Av. Pinheiro Machado a CGE é doravante denominada **LOCATÁRIA**.

A composição de Recursos Humanos encontra-se deficitária, necessitando que seja realizado concurso público objetivando o preenchimento do quadro de pessoal do Grupo Especial de Controle Interno do Poder Executivo, na quantidade prevista na Lei Complementar nº. 098/93.

Apesar dos esforços das autoridades/gestores e apelos do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para que o Controle Interno, através da Controladoria-Geral, venha exercer sua missão de controle com eficiência, ainda busca-se a excelência dessa atividade, que continua sendo um desafio do Governo e, certamente, será concretizado pelo processo político que o Governo Estadual pretende, definitivamente, implantar até o final da atual gestão, cujo objetivo maior, é a qualidade do Controle Interno para cumprir com as suas obrigações constitucionais, objetivando assegurar a lisura, a eficácia, a ética e a transparência da gestão administrativa do governo no âmbito de cada órgão ou entidade que compõem o Poder Executivo do Estado de Rondônia.

As funções do Controle Interno encontram-se estabelecidas no artigo 51, da Constituição Estadual e pela Lei Complementar nº. 98/93, dentre outras que a norteia, além de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução de programas de governo e do orçamento do Estado no campo do Poder Executivo; apoiar e dar assistência aos agentes públicos no controle da aplicação dos recursos públicos; buscar as condições indispensáveis para assegurar a eficácia e melhoria do controle interno do Poder Executivo, orientando os gestores públicos nas suas funções política – administrativas.

2. - DA ESTRUTURA:

A Controladoria-Geral do Estado tem como finalidade básica exercer as funções de Órgão Central do Sistema de Controle Interno prescrito no artigo 100 da Constituição Estadual e de Órgão Coordenador do Sistema de Auditoria definido no artigo 16, inciso V, da Lei Complementar nº 224, de 04 de janeiro de 2000, competindo executar suas atribuições de forma integrada com os sistemas afins e demais sistemas dos poderes constituídos. Sua estrutura básica alterada pelo Decreto nº. 16.088 de 28 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 1784 de 29/07/2011, a seguir:

2.1. - Em nível de Direção Superior, a instância administrativa:

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**

Página 2



-
- a) Controlador Geral; e
 - b) Coordenador.

2.2. - Apoio e Assessoramento:

- a) Chefia de Gabinete - GAB;
- b) Assessoria Técnica - ASTEC;
- c) Assistência de Gabinete;

2.3. - Atuação Instrumental:

- a) Diretoria Administrativa e Financeira - DAF;
 - Núcleo de Recursos Humanos;
 - Núcleo de Orçamentos e Finanças;
 - Núcleo de Patrimônio, Almoxarifado e Frota Oficial;

2.4. - Execução Programática:

- a) Diretoria de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial;
- b) Diretoria de Fiscalização e Auditoria - DFA;
 - Núcleo de Engenharia;
- c) Diretoria de Análise Prévia e Liquidação de Despesa – DAP:
 - 1 - Núcleo de Cálculo.
- c) Diretoria Contábil – DIC:
 - 1 - Núcleo de Controle de Contas Públicas; e
 - 2 - Núcleo de Controle Setorial;



Ressaltamos que através da Lei Complementar nº. 636 de 28/10/2011 e do Decreto nº. 16.499 de 25/01/2012, publicados no Diário Oficial do Estado nº.s 1848 de 03/11/2011 e 1903 de 25/01/2012, respectivamente, **transferiu a competência de órgão gestor** (Diretoria Contábil - DIC) do Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios – SIAFEM/RO, da **Controladoria-Geral do Estado – CGE** para a **Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN**, incumbindo-lhes as providências quanto às instruções necessárias à utilização do Sistema pelas unidades gestoras do SIAFEM/RO, restando ao titular da pasta da secretaria supramencionada, através de ato próprio, a disciplinar a aplicação das normas decorrentes do mencionado Decreto, ou delegar competência para tanto.

3. - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A Lei Orçamentária Anual nº 2.676 de 28/12/2011, fixou a despesa da CGE no valor de **R\$ 14.471.666,75** (quatorze milhões, quatrocentos e setenta e hum mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos). No decorrer do aludido exercício, houve alteração, redução e suplementação no valor de **R\$ 1.041.903,26** (hum milhão, quarenta e mil, novecentos e três reais e vinte e seis centavos) e redução no valor de **R\$ 7.946.336,65** (sete milhões, novecentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

Assim, a composição do orçamento global da CGE ao final do exercício de 2012, ficou em **R\$ 7.567.233,36** (sete milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos). Do referido montante, a Controladoria-Geral do Estado empenhou, na ordem de **R\$ 6.874.072,34** (seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, setenta e dois reais e trinta e quatro centavos), desse montante foram pagos **R\$ 6.711.016,90** (seis milhões, setecentos e onze mil, dezesseis reais e noventa centavos), restando o valor de **R\$ 165.055,44** (cento e sessenta e cinco mil, cinquenta e cinco centavos e quarenta e quatro centavos), inscritos em restos a pagar processados no valor de **R\$ 72.226,83** (setenta e dois mil, duzentos e vinte e seis reais e oitenta e três centavos) e não processados **R\$ 90.828,61** (noventa mil, oitocentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos).

3.1. - CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL

A Controladoria Geral do Estado é responsável pela condução dos seguintes Programas constantes no Plano Plurianual – PPA 2008/2011:

- 1) Programa: 0000 – Operações Especiais

Ação – Realizar Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores

- 2) Programa: 1015 – Apoio Administrativo do Poder Executivo



Ações – Assegurar a Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais; Manter a Administração da Unidade e atender aos servidores com Auxílio Saúde e Transportes.

- 3) Programa: 1261 – Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Controle Interno
 Ações - Reformar e ampliar o prédio da CGE e promover a Capacitação de Recursos Humanos.

3.2. - AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

Quanto aos programas relacionados à execução dos recursos, configurou-se da seguinte forma:

Programa / PA	Realização Orçamentária		
	Dotação Atualizada	Execução	%
1015 Apoio Administrativo do Poder Executivo	8.574.084,41	7.899.746,13	
2403 - Assegurar a Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	5.282.464,41	5.282.464,41	100,00
2404 - Manter a Administração da Unidade	3.023.623,00	2.370.284,99	78,39
2498 - Atender a Servidores com Auxílio Saúde e Transportes	267.997,00	246.996,79	92,16
1261 Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Controle Interno	85.101,00	78.260,25	
2611 - Promover a Capacitação de Recursos Humanos	85.101,00	78.260,25	91,96
Total	8.659.185,41	7.978.006,38	

Considerando que as atividades desenvolvidas pela CGE são de fundamental importância uma vez que as informações produzidas subsidiam as ações governamentais, destacamos do quadro acima, a ação de promover a capacitação de recursos humanos do sistema de controle interno tendo sido realizada diversos cursos e treinamentos com resultados positivos. Portanto, a capacitação de recursos humanos foi de grande importância para a unidade que tem se esforçado no sentido de avançar na qualidade de seu trabalho com transparência em suas ações e modernização de seus processos para o melhor atendimento às demandas, tanto governamentais e da sociedade em geral.

3.3. - AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

Verificando os demonstrativos supramencionados, observamos que as metas foram atendidas quase que em sua totalidade, de acordo com o Plano Plurianual.

2012								
PROJ.	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEM.	ANULAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESA EMPENHADA	SALDO ORÇAMENT.	PERCENTUAL %	
ATIV.				TOTAL			GASTO	SALDO



0114	10.897,90	0,00	10.897,90	0,00	0,00	0,00		
2087	7.543.684,00	843.358,24	6.715.294,04	1.671.748,20	978.587,18	693.161,02		
2091	252.752,81	58.545,02	48.439,63	262.858,20	262.858,20	0,00		
2234	6.664.332,04	140.000,00	1.171.705,08	5.632.626,96	5.632.626,96	0,00		
TOTAL GERAL	14.471.666,75	1.041.903,26	7.946.336,65	7.567.233,36	6.874.072,34	693.161,02		

2011

PROJ. ATIV.	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEM.	ANULAÇÃO	DOTAÇÃO TOTAL	DESPESA EMPENHADA	SALDO ORÇAMENT.	PERCENTUAL %	
							GASTO	SALDO
0169	92.240,00	0,0	92.240,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2403	9.018.146,00	118.500,00	3.854.181,59	5.282.464,41	5.282.464,41	0,0	0,0	0,0
2404	6.482.411,00	0,0	3458.788,00	3.023.623,00	2.370.284,93	653.338,07	78,4	21,6
2498	237.997,00	35.000,00	5.000,00	267.997,00	246.996,79	21.000,21	2,16 ⁹	7,84
2611	620.870,00	0,0	535.769,00	85.101,00	78.260,25	6.840,75	91,96	8,04
TOTAL GERAL	16.451.664,00	153.500,00	7.945.978,59	8.659.185,41	7.978.006,38	681.179,03	92,13	7,87

2010

PROJ. ATIV.	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEM.	ANULAÇÃO	DOTAÇÃO TOTAL	DESPESA EMPENHADA	SALDO ORÇAMENT.	PERCENTUAL %	
							GASTO	SALDO
0169	92.240,00	0,0	83.628,32	8.611,68	5.882,68	729,00 ^{2.}	68,31	31,69



2403	6.381.812,00	744.020,00	148.000,00	6.977.832,00	6.957.596,29	20. 235,71	99,71	0,29
2404	5.865.240,00	1.498.000,0 0	2.341.941,23	5.021.298,77	4.739.839,62	281.459,15	94,4	5,6
2498	311.959,00	0,0	74.000,00	237.959,00	237.466,30	492,70	99,79	0,21
2611	620.870,00	0,0	559.967,00	60.903,00	50.450,00	10.453,00	82,84	17,16
TOTAL GERAL	13.272.121,00	2.242.020,00	3.207.536,55	12.306.604,45	11.991.234,89	315.369,56	97,44	5,56

2009								
PROJ.	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEM.	ANULAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESA EMPENHADA	SALDO ORÇAMENT.	PERCENTUAL %	
ATIV.				TOTAL			GASTO	SALDO
0169	92.240,00	0,0	91.010,00	1.230,00	760,16	469,84	61,8	38,2
2403	5.878.500,00	471.760,00	488.010,00	5.862.250,00	5.862.031,37	218,63	99,9	0,1
2404	5.865.240,00	2.507.000,0 0	3.052.827,00	5.319.413,00	5.170.981,62	148.431,38	97,2	2,8
2498	330.250,00	291.816,00	356.715,40	265.350,60	265.350,60	0,0	100,0	0,0
2611	620.870,00	68.000, 00	632.170,00	56.700,00	47.020,00	9.680,00	82,9	17,1
TOTAL GERAL	12.787.100,00	3.338.576,00	4.620.732,40	11.504.943,60	11.346.143,75	158.799,85	98,6	1,4

Diante da análise elaborada nos quadros dos recursos orçamentários e financeiros, em comparação a dotação atualizada, despesa empenhada e saldo orçamentário dos exercícios 2009/2012, constatamos que o gasto foi quase na totalidade, vejamos o demonstrativo:



ANO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	SALDO ORÇAMENT.	% GASTO
2012	7.567.233,36	6.874.072,34	693.161,02	
2011	8.659.185,41	7.978.006,38	681.179,03	92,0
2010	12.306.604,45	11.991.234,89	315.369,56	97,4
2009	11.504.943,60	11.346.143,75	158.799,85	98,6

Segue ilustração gráfica do total de gasto:

4. - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

No decorrer do Exercício de 2012, foram realizadas as seguintes atividades:

4.1. - GABINETE:

4.1.1. - CHEFIA DE GABINETE:

A Chefia de Gabinete tem por atribuição a assistência ao Controlador Geral no desempenho de suas funções e compromissos oficiais, à administração geral do Gabinete e a coordenação da agenda diária de trabalho, bem como, o controle e encaminhamento da correspondência oficial e demais atividades típicas da função de gabinete, reportadas ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Ofício Expedido	1.309
Ofício Circular Expedido	15
Memorando	66
Instrução Normativa	03
Memorando Circular Expedido	12



4.2. - ASSESSORIA TÉCNICA:

Compete a Assessoria Técnica assessorar o Controlador Geral e demais setores da Estrutura Interna da CGE, realizando análises e estudos de natureza técnica, destinados a melhorar o controle interno, bem como, a elaboração de pareceres técnicos e justificativas, controle de atos normativos, dentre outras tarefas típicas de assessoria cabendo-lhe:

- a) prestar assessoramento técnico ao Controlador Geral;
- b) analisar e emitir parecer técnico sobre assunto submetido a sua apreciação;
- c) elaborar o relatório anual de atividades da Controladoria Geral do Estado;
- d) prestar apoio técnico às unidades operacionais e administrativas da Controladoria, quando solicitado ou designado pelo Controlador Geral;
- e) assessorar o Gabinete na elaboração dos atos administrativos e normativos da Controladoria;
- f) executar outras atividades correlatas, vejamos:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Parecer Técnico	155
Informação Técnica	10
Despachos	108
Ofícios	96
Termos Aditivos	03
Notificações	05
Termos Diversos	24
Justificativas	06
Termo de Reconhecimento de Dívida	01



Memorandos	10
Projeto Básico e/ou Termo de Referência	42
<i>Processos Cancelados</i>	17
<i>Processos Homologados e Arquivados</i>	34

4.3. DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF:

À Diretoria Administrativa e Financeira – DAF, diretamente subordinada ao Controlador-Geral, compete:

- a) programar e executar as atividades relativas à gestão de pessoas, logística, transporte, serviços gerais e comunicação;
- b) articular e acompanhar, nos órgãos técnicos de deliberação orçamentária e financeira, todas as questões de interesse da CGE;
- c) promover a programação, a execução, o controle contábil, orçamentário, financeiro e patrimonial da CGE;
- d) participar da elaboração da proposta da lei orçamentária anual e do plano plurianual;
- e) analisar, sob a ótica dos princípios e regras da administração pública, em especial quanto à legitimidade, legalidade e economicidade, os documentos relativos à receita, à despesa e ao patrimônio, organizando-os em procedimento interno de prestação de contas;
- f) organizar, elaborar e encaminhar as prestações de contas exigidas pelo controle externo, no âmbito de suas competências;
- g) desempenhar outras atribuições que lhes sejam determinadas, dentro de sua área de competência, pelo Controlador Geral do Estado.

Registramos que estão diretamente subordinados ao Diretor Administrativo e Financeiro - DAF, os seguintes Núcleos: de Recursos Humanos, de Orçamento e Finanças e de Patrimônio, Almoxarifado e Frota Oficial.

ATIVIDADES	QUANTIDADE
------------	------------



Ofício Expedido	132
Memorando Expedido	102
Controle de Frequência	12
Portarias	139
Conferência de Folha de Pagamento de Pessoal	13
Autuação/Formalização de Processo Administrativo	71
Balancete/Almoxarifado	12
Prestação de Contas Mensal - TCER	12
Prestação de Contas Anual - 2011 - TCER	01

4.4. - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA – DFA:

À Diretoria de Fiscalização e Auditoria, diretamente subordinada ao Controlador Geral, compete:

- a) planejar, coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos de inspeção executados pelo seu corpo técnico, nas unidades que compõem a administração direta e indireta do Poder Executivo, quanto a regularidade da execução da receita e da despesa;
- b) realizar inspeção, emitir relatórios quadrimestral e anual sobre a veracidade das informações contábeis, orçamentárias, financeiras, patrimoniais das unidades da administração direta e indireta;
- c) observar e analisar a programação anual e plurianual do Governo do Estado;
- d) realizar auditoria de Gestão nas unidades públicas com vistas a aferir a adequação, eficácia e eficiência do desempenho do gestor público;
- e) emitir relatório das atividades executadas nos órgãos que compõem a administração direta e indireta;
- f) emitir certificado de auditoria no encerramento de cada exercício;



g) efetuar recomendações aos gestores com a finalidade de sanar possíveis; e

h) executar outras atividades que lhe forem cometidas.

Vejamos que as atividades realizadas na referida Diretoria, na época denominada GECAD, foram todas vinculadas a Processos Analisados, tanto de Despesa como de Prestação de Contas de Convênios e Elaboração de Cálculos, Auditoria e Fiscalização nas unidades do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta, com posterior emissão de Parecer, Relatórios, elaboração de Memorandos, Ofícios e Despachos, a seguir por Quadrimestre:

1º Quadrimestre:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Auditoria e Inspeção da Administração Direta e Fundos	29
Relatórios de Auditoria e Inspeção Direta e Fundos	29
Auditoria e Inspeção da Administração Indireta e Fundos	14
Relatórios de Auditoria e Inspeção Indireta e Fundos	14
Ofícios Expedidos	92
Memorandos Expedidos	37

2º Quadrimestre:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Auditoria e Inspeção da Administra Direta e Fundos	30
Relatórios de Auditoria e Inspeção Direta e Fundos	30
Auditoria e Inspeção da Administração Indireta e Fundos	14
Relatórios de Auditoria e Inspeção Indireta e Fundos	14



Ofícios Expedidos	104
Memorandos Expedidos	40
Auditorias Especiais (concluídas)	03

3º Quadrimestre:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Auditoria e Inspeção da Administração Direta e Fundos	30
Relatórios de Auditoria e Inspeção Direta e Fundos	30
Auditoria e Inspeção da Administração Indireta e Fundos	14
Relatórios de Auditoria e Inspeção Indireta e Fundos	14
Ofícios Expedidos	53
Memorandos Expedidos	39
Auditoria Especiais (concluídas)	03
Auditoria Especiais (não concluídas)	01

Ressaltamos que estes resultados só foram possíveis pela dedicação e esmero com que a Controladora Geral, juntamente com o Coordenador, que enfrentaram as dificuldades na implementação de novos paradigmas com a finalidade de garantir serviço de auditoria e controle interno com excelência, mediante ações preventivas de orientação, fiscalização e avaliação de resultados, visando assegurar os princípios fundamentais da Administração Pública, e ainda, pautando-se sempre pela ética e transparência na aplicação dos recursos públicos.

4.5. - DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – DPC:



Controladoria
Geral do Estado



À Diretoria de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial, diretamente subordinada ao Controlador-Geral, compete:

- a) avaliar, emitir parecer técnico, informação e despacho sobre processo de prestação de contas de convênio;
- b) acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos repassados através de convênio;
- c) analisar, emitir parecer, informação e despacho sobre os processos de prestação de contas de suprimentos de fundos e de diárias;
- d) orientar a administração pública direta e indireta, no curso das Tomadas de Contas Especial, sempre que necessário;
- e) executar outras atividades que lhe forem cometidas.

No exercício/2012, foram emitidos pareceres com Prestação de Contas de Convênios, Suprimento de Fundos, Diárias, Despachos, Rescisão de Contrato, Repasse PROAFI, PME, nos quantitativos abaixo relacionados:

Atividades da Diretoria de Prestação de Contas – DPC:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE JANEIRO A DEZEMBRO/2012, DA DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS/DPC-CGE

No período de **Janeiro a Março/2012**, foram emitidos pareceres com Prestação de Contas de Convênios, Suprimento de Fundos, Diárias, Repasse Proafi, PME, Tomada de Conta Especial e Certificado de Auditoria, os quantitativos abaixo discriminados:

53 (Cinquenta e três) Pareceres/Suprimento de Fundos.

782 (Setecentos e oitenta e dois) Pareceres de Diárias

09 (Nove) Pareceres/Proafi

56 (Cinquenta e seis) Pareceres/Convênios

09 (Nove) Pareceres/PME

02 (Dois) Pareceres de Tomada de Conta Especial

03 (Três) Certificado de Auditoria



Todos os Pareceres emitidos no trimestre apresentaram algumas recomendações feitas por esta Equipe, que foram encaminhadas aos Órgãos de origem para conhecimento e regularização.

1 – Síntese das Atividades da Diretoria de Prestação de Contas – DPC

MÊS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR QUANTITATIVO				TOTAL GERAL
	PARECERES/ SUP. FUNDOS	PARECERES DIÁRIAS	PROAFI	PARECERES/ CONVENIOS	
Janeiro	33	359	9	20	421
Fevereiro	05	357	-	15	377
Março	15	66	-	21	102
SUB TOTAL	53	782	9	56	900

MÊS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR QUANTITATIVO			TOTAL GERAL
	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	CERTIFICADO DE AUDITORIA	PME	
Janeiro	-	-	08	08
Fevereiro	01	-	01	02
Março	01	03	-	04



TOTAL	SUB	02	03	09	14
--------------	------------	-----------	-----------	-----------	-----------

2 – PARECERES EMITIDOS:

SUPRIMENTO DE FUNDOS

ÓRGÃO	MÊSES		
	Janeiro	Fevereiro	Março
AGEVISA			
CGAG	04	-	02
CGE			
FEPRAM	01	-	01
SECEL	01	-	-
SEDUC	04	-	01
SEDAM			
FUNEDICA			
FUNESBOM	04	-	-
IPERON			
IDARON	01	-	-
SESAU	01	-	-
SEAD	06	-	-
SEDES			



Controladoria
 Geral do Estado



SEAGRI		01	07
SEPLAN	03	-	-
SESDEC	05	04	-
SEJUS	02	-	-
PGE	01	-	04
SUB TOTAL	33	05	15

3 – PARECERES EMITIDOS:

DIÁRIAS

ÓRGÃO	MÊSES		
	Janeiro	Fevereiro	Março
AGEVISA	43	54	07
SEFIN	28	19	10
SEDAM	22	04	-
SEAS	03	02	-
SEAD	06	17	02
SEDES	08	10	-
FEAS	-	03	-
FES/SESAU	35	18	-
FUNESBOM	03	09	-

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**

Página 17



FEPRAM	25	06	-
IPEM	-	05	-
IPERON	06	-	-
IDARON	58	56	05
PGE	06	02	-
SECEL	08	10	-
CGAG	20	08	12
FIDER	02	-	-
SEAGRI	19	20	-
SESDEC	33	69	-
SEJUS	06	08	-
SEPLAN	04	14	
SUPEL	02	03	-
DETRAN	-	-	23
SEDUC	17	08	-
FHEMERON	04	07	05
CETAS	-	02	-
DER	-	03	-
FUPEN	01	-	02



TOTAL GERAL	359	357	66
----------------	-----	-----	----

4 – PARECERES/CONVÊNIOS EMITIDOS

ÓRGÃO	MÊSES		
	Janeiro	Fevereiro	Março
SECEL	09	01	09
SEDES	-	01	02
SEDUC	07	09	05
SEPLAN	01	04	01
SEAGRI	03	-	04
TOTAL	20	15	21

5 – PARECERES/REPASSE PROAFI EMITIDOS

ÓRGÃO	MÊS		
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
SEDUC	09	-	-
TOTAL	09	-	-

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ABRIL A JUNHO/2012, DA DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS/DPC-CGE



No período de **Abril a Junho/2012**, foram emitidos pareceres com Prestação de Contas de Convênios, Diárias, PME, Convênio, os quantitativos abaixo discriminados:

82 (oitenta e dois) Pareceres de Diárias

113 (Cento e doze) Pareceres/Convênios

45 (Quarenta e cinco) Pareceres/PME

05 (Cinco) Informação

Todos os Pareceres emitidos no trimestre apresentaram algumas recomendações feitas por esta Equipe, que foram encaminhadas aos Órgãos de origem para conhecimento e regularização

1 – Síntese das Atividades da Diretoria de Prestação de Contas – DPC

MÊS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR QUANTITATIVO				TOTAL GERAL
	PARECERES DIÁRIAS	PME	PARECERES/CONVENIOS	INFORMAÇÃO SUP. FUNDO	
ABRIL	59	01	36	-	96
MAIO	22	31	43	-	96
JUNHO	01	13	34	05	53
SUB TOTAL	82	45	113	05	245

2 – PARECERES EMITIDOS:

DIÁRIAS



ÓRGÃO	MÊSES		
	Abril	Maio	Junho
SEFIN	05	-	-
DETRAN	08	-	-
SEAD	04	-	-
SEDES	02	-	-
FES/SESAU	22	-	-
FHEMERON	09	-	-
FUNEDICA	-	-	01
IPERON	03	-	-
SECEL	04	-	-
SUPEL	02	-	-
SEDUC	-	22	-
TOTAL	59	22	01
GERAL			

3 – PARECERES/CONVÊNIOS EMITIDOS

ÓRGÃO	MÊSES		
	ABRIL	MAIO	JUNHO
AGEVISA	-	-	01
IPERON	-	-	01

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**



Controladoria
Geral do Estado



SEAS	02	01	01
SECEL	18	15	06
SUPEL	-	-	01
SEDES	03	02	01
SEDUC	09	16	15
JESUS	-	01	-
SEPLAN	-	03	-
SESAU	01	-	01
SEAGRI	03	05	07
TOTAL	36	43	34

4 – PARECERES/REPASSE PME EMITIDOS

ÓRGÃO	MÊS		
	ABRIL	MAIO	JUNHO
SEDUC	01	31	13
TOTAL	01	31	13

5 – INFORMAÇÃO

ÓRGÃO	MÊS			
	ABRIL	MAIO	JUNHO	

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**

Página 22



Controladoria
Geral do Estado



SEAD	-	-	05
TOTAL	-	-	05

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE JULHO A SETEMBRO/2012, DA DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS/DPC-CGE

No período de Julho a setembro/2012, foram emitidos pareceres com Prestação de Contas de Convênios, Tomada de Contas, Informação e Relatório de Diárias e Sup. de fundo, PME (seduc), os quantitativos abaixo discriminados:

63 (Sessenta e três) Pareceres/Convênios

03 (Três) pareceres de Tomada de Contas

423 (Quatrocentos e vinte três) Informação e Relatório de Diárias e Sup. de Fundo

10 (dez) Pareceres/PME

Todos os Pareceres, Informação e Relatório, emitidos no trimestre apresentaram algumas recomendações feitas por esta Equipe, que foram encaminhadas aos Órgãos de origem para conhecimento e regularização.

1 – Síntese das Atividades da Diretoria de Prestação de Contas – DPC

MÊS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR QUANTITATIVO				TOTAL GERAL
	INFORMAÇÃO E RELATÓRIO DIÁRIAS/SUP.FUNDO	PME	PARECERES/CONVENIOS	TOMADA DE CONTAS	
JULHO	185	3	20	02	210



Controladoria
Geral do Estado



AGOSTO	181	3	25	01	210
SETEMBRO	57	4	18	-	79
SUB TOTAL	423	10	63	03	499

2 – INFORMAÇÃO EMITIDOS:

DIÁRIAS/SUP. FUNDOS

ÓRGÃO	MÊSES		
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
CGAG	24	16	02
SEAS	-	-	20
DETRAN	31	33	07
SEAD	05	07	01
SEAGRI	04	04	-
SEDES	03	07	-
SEFIN	-	-	01
SEPLAN	-	09	-
SECEL	08	-	-
CETAS	06	-	-
FHEMERON	07	28	-
FESPREM	-	09	01



FEPRAM	64	12	06
FIDER	01	-	-
IPEM	-	10	-
IPERON	06	-	-
SEJUS	-	08	-
PGE	-	01	01
SEDUC	10	-	01
01TOTAL	169	144	40
GERAL			

3 – RELATÓRIOS EMITIDOS:

DIÁRIAS/SUP. FUNDOS

ÓRGÃO	MÊSES		
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
CGAG	-	02	01
CETAS	01	-	-
CONEM	-	02	02
DETRAN	03	08	03
SEAS	-	-	05
SEAD	02	02	-
SEDES	03	01	-

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**

Página 25



SEPLAN	-	05	-
SEAGRI	-	01	-
SEJUS	-	04	-
FEPRAM	03	04	06
FHEMERON	-	07	-
FUNEDICA			
IPEM	-	01	-
SECEL	04	-	-
TOTAL	16	37	17
GERAL			

4 – PARECERES/CONVÊNIOS EMITIDOS

ÓRGÃO	MÊSES		
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
AGEVISA	03	03	
SEAS	01	-	-
SECEL	02	03	09
SEDES	02	05	02
SEDUC	08	08	05
SEDAM	-	-	01
SESAU	01	01	

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**

Página 26



SEAGRI	03	05	01
TOTAL	20	25	18

5 – PARECERES/REPASSE PME EMITIDOS

ÓRGÃO	MÊS		
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
SEDUC	03	03	04
TOTAL	03	03	04

5 – PARECER TOMADA DE CONTA

ÓRGÃO	MÊS		
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
	02	01	-
TOTAL	02	01	-

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE OUTUBRO A DEZEMBRO/2012, DA DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS/DPC-CGE

No período de **outubro a dezembro/2012**, foram emitidos pareceres com Prestação de Contas de Convênios, Informação de Diárias e Sup. de fundo e Proafi, os quantitativos abaixo discriminados:

46 (Quarenta e seis) Pareceres/Convênios

15 (Quinze) Informação de Diárias e Sup. de Fundo



17 (dezesete) Despachos/Proafi

Todos os Pareceres, Informação, emitidos no trimestre apresentaram algumas recomendações feitas por esta Equipe, que foram encaminhadas aos Órgãos de origem para conhecimento e regularização.

1 – Síntese das Atividades da Diretoria de Prestação de Contas – DPC

MÊS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR QUANTITATIVO				TOTAL GERAL
	INFORMAÇÃO DIÁRIAS/SUP.FUNDO	PROAFI	PARECERES/CONVENIOS	TOMADA DE CONTAS	
OUTUBRO	11	-	10	-	21
NOVEMBRO	-	03	18	-	21
DEZEMBRO	04	14	18	-	36
SUB TOTAL	15	17	46	-	78

2 – INFORMAÇÃO EMITIDOS:

DIÁRIAS/SUP. FUNDOS

ÓRGÃO	MÊSES		
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
FHEMERON	01	-	-
PGE	10	-	04



TOTAL	11	-	04
GERAL			

3 – PARECERES/CONVÊNIOS EMITIDOS

ÓRGÃO	MÊSES		
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
SEJUS	-	01	-
SEFIN	-	01	02
SECEL	03	02	02
SEDES	02	-	02
SEDUC	01	06	08
SESAU	02	-	-
SEAGRI	02	07	03
SEPLAN	-	01	01
TOTAL	10	18	18

4 – DESPACHO EMITIDOS:

SEDUC/PROAFI

ÓRGÃO	MÊSES		
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
SEDUC	-	03	14

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**

Página 29



Controladoria
Geral do Estado



TOTAL	-	03	14
GERAL			

4.6 Diretoria de Análise Prévia e Liquidação da Despesa - DAP

A Diretoria de Análise Prévia e Liquidação da Despesa, diretamente subordinada ao Controlador Geral, compete:

- a) atuar preventivamente nos processos visando evitar vícios, erros ou falhas através de análise prévia da receita e da despesa;
- b) verificar a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade das despesas públicas da administração direta e indireta;
- c) emitir parecer, informações e despachos quanto a regularidade e legalidade da despesa pública da administração direta e indireta;
- d) exercer a orientação dos Controles Internos das Unidades Gestoras; e
- e) executar outras atividades correlatas.

4.7 - Do Núcleo de Cálculos

Ao Núcleo de Cálculos, diretamente subordinado ao Diretor de Análise Prévia e Liquidação da Despesa, compete:

- a) analisar e opinar sobre os cálculos elaborados em processos judiciais do interesse do Estado;
- b) aferir cálculos dos diversos tipos de despesas, emitindo parecer, informação ou despacho;
- c) efetuar cálculos de atualização monetária de processos previamente analisados quanto a sua legalidade pelo órgão jurídico competente;
- d) efetuar cálculos de atualização monetária de processos de precatórias;



e) efetuar cálculos em processos de interesse do Estado, sempre que determinado pelo Controlador Geral; e

f) executar outras atividades correlatas.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2012,

DA DIRETORIA DE ANÁLISE PRÉVIA E LIQUIDAÇÃO DA DESPESA-DAP/CGE, REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2012.

Em cumprimento ao Art.16 e item V do Decreto nº 16088 de 28/07/2011, estamos apresentando a Vossa Senhoria o Relatório de Atividades dos Trabalhos, desenvolvidos por esta Diretoria de Análise Prévia e Liquidação da Despesa-DAP/CGE, referente ao período de **Janeiro a Dezembro/2012**, conforme demonstrações feitas em anexos, para que seja tomadas as providências cabíveis que o caso requer.

1 – Nesse período acima mencionado, das análises efetuadas nos processos resultou na emissão de Pareceres e Despachos, perfazendo um total de **1858** (hum mil, setecentos e oitenta e três) análises em processos, sendo: **1783** (hum mil, setecentos e oitenta e três) Pareceres e **75** (setenta e cinco) Despacho, os quais estão demonstrados em anexo o detalhamento por Órgão, mês e quantidade.

2 – Portanto, os processos que apresentaram falhas, após análise foram devolvidos ao órgão de origem contendo recomendações acerca das possíveis regularizações.

3 – Pesquisa na Internet, Livros, IOB e outros instrumentos, para embasamento legal dos Pareceres e Informações e Relatórios emitidos.

4 – Os Servidores lotados nesta DAP/CGE também fazem inspeção e elabora Relatórios, quando são designados para atuarem junto com os Servidores lotados no **NCAL, DFA e DPC/CGE**.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2012, DO NÚCLEO DE CÁLCULOS/NCAL/DAP/CGE.

Em cumprimento ao **Art.17 e item VI** do Decreto nº 16088 de 29/07/2011, estamos apresentando a Vossa Senhoria o Relatório de Atividades dos Trabalhos, desenvolvidos por este Núcleo de Cálculos/NCAL, referente ao período de **Janeiro a Dezembro/2012**, conforme demonstrações feitas em anexos, para que seja tomadas as providências cabíveis que o caso requer.

1 – Nesse período foram emitidas Informações relacionadas a despesas com:

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**

Página 31



-
- ✓ Rescisões Contratuais;
 - ✓ Vantagem Pessoal Retroativa;
 - ✓ Atualização Financeira de Cálculos de Glosa;
 - ✓ Reajuste de Preços;
 - ✓ Reajuste de Contrato;
 - ✓ Realinhamento de Preços pelo Dissídio Coletivo;
 - ✓ Análise e Parecer quanto ao Reajuste da 6ª, 7ª e 8ª Medição do Contrato;
 - ✓ Análise e Parecer da Medição + Reajuste Anual;
 - ✓ Aferição de Cálculos;
 - ✓ Devolução de Rendimento de Aplicação;
 - ✓ Admissão de Procuradores do Estado Substituto;
 - ✓ Diferença de Incorporação de Quintos;
 - ✓ Cálculos de Reajuste de Aluguel;
 - ✓ Cálculos de Reajuste e Diferença de Reajuste;
 - ✓ Realinhamento dos Preços e Realinhamento pelo Dissídio Coletivo e Conversões Coletiva;
 - ✓ Atualização Financeira;
 - ✓ Devolução de Recursos de Suprimento de Fundos;
 - ✓ Análise e Parecer quanto ao Reajuste;
 - ✓ Reanálise sobre o Realinhamento de Preços;
 - ✓ Suprimento de Fundos;
 - ✓ Cálculos de Reajuste de Preços;



-
- ✓ Realinhamento dos Preços;
 - ✓ Diferença de Realinhamento;
 - ✓ Atualização Financeira + Juros de Mora;
 - ✓ Admissão de Funcionários Públicos;
 - ✓ Conforme Requerimento do Servidor para pagamento;
 - ✓ Realinhamento dos Preços;
 - ✓ Diferença de Realinhamento;
 - ✓ Análise e Parecer e análise quanto ao Reajuste;
 - ✓ Análise e emissão de Informações em processo Judicial, a pedido da PGE e ou de outros Órgãos do Poder Executivo.

1 – Durante este período de **Janeiro a Dezembro/2012**, foram emitidos **107** (cento e sete) Despachos, visando orientação aos Órgãos quanto à regularização dos processos prestes a serem encaminhados a esta Controladoria Geral do Estado, e **428** (quatrocentos e vinte e oito) Informações em diversos tipos de processos, totalizando assim **535** (quinhentos e trinta e cinco), os quais estão demonstrados no Quantitativo Geral, **anexo I**.

2 – Este Núcleo de cálculo, a pedido da douta Procuradoria Geral do Estado e do DER-RO, analisou vários Processos Judiciais e apresentou os trabalhos aqueles Órgão Jurídico, buscando assim embasamento legal, para a elaboração da defesa Judicial do Estado, e o pagamento de Precatórios.

3 – Todas as Informações e Despachos emitidos no período acima mencionado, que apresentaram algumas recomendações feitas por este Núcleo, foram encaminhados aos Órgãos de origem para que fossem tomadas as providências cabíveis quanto a sua regularização.

4 – Este Núcleo de Cálculos, também trabalha com elaboração de tabelas mensais e anual, que são atualizadas mensalmente, referentes aos índices a saber:

TR'S (Taxa Referencial), Banco Central;

IGP-M (FGV) (índice Geral de Preço do Mercado);

INPC (IBGE) (Índice Nacional de Preço ao Consumidor);



IPC (FIPE) (Índice de Preço ao Consumidor)

IGP-DI (FGV) (Índice Geral de Preços),

INCC-DI (FGV) (Índice Nacional da Construção Civil);

ICV (DIESE);

**UFIR; SALÁRIO MÍNIMO; POUPANÇA; TBF; IPC (FIPE); IPCA (IBGE); IPA-DI (FGV);
 IPC do IGP (FGV), e**

(Outros de acordo com a Conveniência Administrativa);

Outros Índices Que estão acordados nos Contratos Administrativos e Sentenças Judiciais.

5 – Pesquisa na Internet, Livros, IOB e outros instrumentos, para embasamento legal dos Pareceres e Informações e Relatórios emitidos.

6 – Os Servidores lotados neste Núcleo de Cálculos/NCAL-CGE, também fazem análise de outros tipos de despesas junto ao DAP/CGE, e inspeção e elabora Relatórios, quando são designados para atuarem junto com os Servidores lotados no **DFA e DPC/CGE**.

ANEXO I

QUANTITATIVO GERAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO

EXERCÍCIO/2012

MESES	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR QUANTITATIVOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2012		
	INFORMAÇÕES	DESPACHOS	TOTAL GERAL
JANEIRO/12	32	09	41
FEVEREIRO/12	26	03	29
MARÇO/12	32	06	38
ABRIL/12	40	02	42



Controladoria
Geral do Estado



MAIO/12	25	16	41
JUNHO/12	40	09	49
JULHO/12	29	13	42
AGOSTO/12	33	07	40
SETEMBRO/12	26	09	35
OUTUBRO/12	49	10	59
NOVEMBRO/12	46	14	60
DEZEMBRO/12	50	09	59
TOTAL	428	107	535

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO NÚCLEO DE CÁLCULOS-DAP- CGE

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

PROCESSOS DE INFORMAÇÕES/NCAL-DAP-2012

ÓRGÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CGE	1	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	5
SEAS	-	1	-	2	3	-	4	1	1	2	-	-	14
SESAU	4	5	6	2	-	5	1	-	7	7	9	1	47
SEPLAN	1	-	-	-	1	2	-	-	-	-	1	-	5
SEJUS	1	-	-	1	1	1	1	-	-	1	-	1	7
SESDEC	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	5

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**

Página 35



Controladoria
Geral do Estado



SETUR	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
SEDAM	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SEDES	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	3
SEAGRI	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
SEFIN	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
PGE	-	-	1	-	2	-	1	1	-	1	-	-	6
IDARON	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	3
DEOSP	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
SEDUC	25	18	21	30	18	29	19	24	17	37	34	44	316
AGEVISA	-	-	-	3	-	2	-	-	-	1	-	-	6
TCE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
COHAB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
CGAG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
TOTAL	32	26	32	40	25	40	29	33	26	49	46	50	428

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO NÚCLEO DE CÁLCULOS- DAP-CGE

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

PROCESSOS DE DESPACHOS/NCAL-DAP-2012

ÓRGÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
-------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-------

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**

Página 36



Controladoria
Geral do Estado



SEDUC	4	1	2	2	7	2	3	3	6	4	9	6	49
SESAU	4	-	1	-	-	3	1	-	2	5	4	2	22
SEAD	1	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	4
SEPLAN	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SESEDEC	-	1	-	-	-	-	1	3	-	-	-	1	6
SEJUS	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
AGEVISA	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	3
IDARON	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
CGAG	-	-	-	-	8	-	1	-	-	-	-	-	9
SEDES	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
CGE	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	4
DEOSP	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
SEAS	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
SEFIN	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
COHAB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
TOTAL	9	3	6	2	16	9	13	7	9	10	14	9	107

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE PROCESSO
DAP- JANEIRO A DEZEMBRO/2012**

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**

Página 37



PROCESSOS DESPACHOS

ÓRGÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CGAG	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13
SETAS	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
FEPRAM	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
SUPEL	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3
SECEL	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
SEAGRI	5	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	6
SEAD	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
SEDAM	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
SEDUC	3	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	8
SEFIN	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	1	-	4
SEPLAN	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
SESAU	4	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	5
SESDEC	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
SEJUS	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3
SEDES	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
SEAS	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
IPEM	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1



Controladoria
Geral do Estado



IDARON	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3
FD.PRÓ-LEITE	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
FUND.SESDEC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL	53	2	1	1	-	-	12	1	-	-	2	3	75

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE PROCESSO
DAP- JANEIRO A DEZEMBRO/2012**

PROCESSOS DE PARECER

ÓRGÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CGAG	5	-	1	1	1	3	10	7	3	4	2	71	108
SEAS	1	-	4	11	8	5	8	10	6	7	7	7	74
FEAS	-	-	-	-	-	2	2	-	-	1	-	-	5
FEPRAM	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	3
FIDER	-	-	-	-	1	-	-	2	-	1	-	-	4
FUNESBOM	-	-	-	1	-	2	1	-	1	2	1	1	9
FUNRESPOL	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
PGE	-	-	4	7	4	6	4	16	14	7	8	17	87
SECEL	10	5	3	5	-	5	5	4	1	2	7	3	50
SEAGRI	13	3	8	13	3	4	19	17	7	14	9	5	115
SEAD	-	-	-	-	-	-	-	3	4	3	2	5	17



Controladoria
Geral do Estado



SEDAM	4	-	-	-	-	1	3	3	7	5	1	5	29
SEDUC	22	14	21	26	31	16	29	31	35	34	42	36	337
SEFIN	3	5	4	3	3	1	16	4	2	10	7	9	67
SEPLAN	2	5	2	-	6	3	-	4	6	4	13	2	47
SESAU	41	27	34	32	22	38	41	62	65	66	38	53	519
SESDEC	8	5	4	5	11	9	6	7	6	5	3	11	80
SEJUS	10	2	7	6	10	7	5	7	4	1	1	6	66
SEDES	4	6	4	2	1	8	4	8	3	3	4	2	49
AGEVISA	-	-	-	-	-	-	1	2	-	1	1	2	7
IDARON	2	-	1	6	8	5	8	9	8	11	9	8	75
CETAS	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
FUNDO P.LEITE	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
FHEMERON	4	1	-	-	1	-	5	5	6	4	3	2	31
TOTAL	130	73	97	118	110	116	168	202	178	186	158	247	1783

Porto Velho, março de 2013.

Controladora Geral do Estado de Rondônia

Missão da CGE: **“Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”**

Página 40